



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA

Ata de reunião do Grupo de Trabalho Sobre Lâmpadas Mercuriais-CONAMA

Data: 11/11/2009

Local: Sala de CT, Térreo do Ed. Marie Prendi Cruz, W2 Norte, qd. 505, It. 2, bl. B - Brasília/DF

A reunião teve a seguinte pauta:

1. Abertura dos Trabalhos
 2. Ordem do dia:
 - 2.1. Leitura e aprovação da ata da 2ª reunião
 - 2.2. Apresentação de empresas de reciclagem
 - 2.3. Abertura das discussões
 3. Assuntos gerais
- Encerramento

A reunião foi aberta pelo novo coordenador Sr. Luiz Henrique Martins da MOVER / NEOAMBIENTE e contou com a presença das pessoas listadas na lista constante do site. O coordenador desejou um bom trabalho a todos e solicitou que a ata anterior fosse lida pelo Sr. Isac, relator do GT, corrigida pelos presentes e colocada para aprovação. A ata foi lida, corrigida e aprovada devendo seguir para o site.

O Sr. Luiz Henrique convidou o Sr. Mario Sebben da Brasil Recycle que fez a apresentação conforme exibida no site.

O Sr. Mario Sebben explicou sua origem na informática e o interesse no meio ambiente e do cumprimento do papel social. Menciona a cultura vigente no país de não pagar pela reciclagem e da necessidade de estudar cobrir os custos do processo de descarte, inclusive com incentivos fiscais e creditícios. Mencionou também da existência de várias entidades num mesmo Estado com diferentes conceitos e algumas indefinições sobre o sistema de descarte, daí a importância do trabalho do CONAMA em construir um Regulamento único para o país. O Sr. Sebben defende o banimento progressivo do mercúrio.

Depois fez a exposição a Sra. Denise Schroder da Brandon Intl., cujos slides estão dispostos no site do CONAMA. Explicou os vários tipos de equipamentos disponíveis indicando a necessidade de dispor dos mesmos para reciclagem em todo o território nacional. Descreveu o processo de reciclagem com os equipamentos da MRT para cada um dos tipos de lâmpadas, sua velocidade e deu uma idéia de custos dos equipamentos. Mencionou a atuação da MRT em todo o mundo, inclusive atendendo os fabricantes de lâmpadas.

Após fez a apresentação, disponível no site, o Sr. Plinio Cesar Di Masi da NATURALIS BRASIL Desenvolvimento de Negócios. Descreveu como funciona o papa lâmpadas, seus filtros e mencionou que sua operação pode ser vista num vídeo disponível no site da Naturalis. Descreveu os laudos técnicos do equipamento e o parecer técnico da CETESB. Mencionou que atua em 19 Estados e devido a portabilidade do equipamento pode estar em qualquer lugar.

O representante do INEA – Claudio Vignoli perguntou sobre a recuperação do resíduo e o Sr. Plinio disse que está aguardando a aprovação / licenciamento do equipamento instalado na unidade de Itupeva – SP, pela CETESB e IBAMA, para iniciar a filtragem dos resíduos armazenados nos filtros de carvão ativado estocados na unidade.

Sra. Zilda Veloso, do MMA informou que além do descarte adequado, independentemente da tecnologia, deve se ter como objetivo determinar o teor de mercúrio nas lâmpadas comercializadas no mercado e deixar discussões de ordem econômica para outro fórum.

O Sr. Alexandre Lazarini da Ambiensys, apresentou os slides disponíveis no site, indicando a atuação da empresa em todo o país e sua parceria com uma empresa Franco-Alemã. Falou de seu equipamento Bulbox e que o custo da logística é maior que o custo da reciclagem. O seu equipamento é construído no Paraná com tecnologia local. Mencionou as vantagens do equipamento e da estabilização do mercúrio com enxofre, formando sulfeto de mercúrio, onde o mercúrio é apenas liberado quando aplicados aproximadamente 400 graus centígrados de temperatura. O Sr. Alexandre destacou que deve se fazer o bom viável e deixar o ótimo para uma fase posterior.

O Sr. Alexandre informou também que o equipamento dispõe de sensores de saturação dos filtros que travam a máquina quando o carvão está saturado e que sua eficiência é de 99,9%. Os filtros hoje são enviados para aterros classe I. Segundo o mesmo deve se copiar as melhores práticas como por exemplo as da França e Alemanha. O Sr. Alexandre também mencionou desconhecer casos de contaminação no país com mercúrio, e que se as lâmpadas são estocadas e transportadas adequadamente nada vai acontecer.

A Sra. Zilda do MMA informa que a Comunidade Europeia não está mais indo pelo caminho do descarte em aterros.

O Sr. Alexandre da Ambiensys defende a sustentabilidade como um todo.

O coordenador Sr. Luiz Henrique abre a pauta para discussões gerais.

A Sra. Solange Rocha da ABES, pergunta o que fazer onde não há aterro classe I.

O Sr. Alexandre sugere descentralizar soluções, buscando a mais adequada a cada local, devolvendo o vidro aos fabricantes de lâmpadas.

O Sr. Marcio Quintino da Philips informa que os fabricantes nacionais de lâmpadas não possuem fábricas de vidro.

O Sr. Eric Fischer Rempe do MS diz que as lâmpadas podem quebrar em residências devido a sua capilaridade em todos os locais.

O Sr. Alvacyr Resende da Abilux informa que em palestra na sede da OPAS em Brasília, foi mencionado por especialista internacional não haver indicação de contaminação por mercúrio em residências em qualquer parte do mundo.

O Sr. Isac mencionou da necessidade de estudar junto com o sistema de descarte o aspecto financeiro para viabilizar o texto da futura Resolução e, por exemplo, a necessidade do BNDES de apoiar as recicladoras na expansão de mais unidades no país.

A Sra. Zilda entende que o BNDES não financia processos industriais de teor ambiental.

A Sra. Carmem Níquel da FEPAM, diz que os bancos comerciais também não financiam processos industriais de resíduos. Mencionou que a reciclagem depende de políticas públicas firmes e não de financiamento. Também que na Política Nacional de Resíduos Sólidos, trata da responsabilidade compartilhada e do ciclo de vida do produto. Cita que o engajamento regrado deve reger a discussão. Citando o GT de resíduos da construção fala da importância de fixar premissas.

O Sr. Mauricio da Abilumi cita o programa do Procel como um exemplo bem sucedido de implantação de um Regulamento para a conservação de energia e desempenho de produtos no mercado.

A Sra. Zilda menciona que coordena o selo ruído pelo MMA, onde o mesmo tem caráter voluntário. Menciona também o controle da poluição em veículos existente há vinte anos.

O Sr. Joaquim de Oliveira do MMA menciona o PNRS, a logística reversa e a atuação nos recursos hídricos. O Coordenador Sr. Luiz Henrique sugere que na próxima reunião o Sr. Joaquim faça uma exposição da atual versão do texto da PNRS.

O Sr. Marcio diz que a questão da logística reversa deve ser analisada assim como a o aspecto financeiro. Que na Europa há na aquisição dos produtos a cobrança visível (destacada) na nota do custo do descarte. Vê como premente o financiamento do sistema de descarte devido ao custo dos equipamentos, transporte, armazenagem e a necessidade de participação dos municípios.

O Sr. Marcio da Abilumi diz o trabalho inicial do GT deve dar substrato para fixar diretrizes e para tal deve conhecer o custo dos possíveis processos. Indica que deve se estabelecer os considerandos iniciais estruturadores do que vai se realizar.

O Sr. Alexandre diz que varios Estados já definiram os geradores dos resíduos como responsáveis pelo descarte.

O Sr. Alvacyr diz que o Projeto de Lei ainda está em tramite e há a necessidade de definições.

A Sra. Carmem diz que os laudos a serem realizados com lâmpadas devem considerar a NBR 10004.

O Sr. Alvacyr diz que o Regulamento deve prever a descontaminação, a reciclagem e o efeito economico associado.

A Sra. Zilda diz que o aspecto economico deve ser discutido em outro forum como o Congresso ou a Casa Civil.

O Sr. Isac diz que apesar de o o futuro Regulamento apenas descrever o processo de descarte das lâmpadas como é usual nos textos do CONAMA, que o aspecto financeiro seja ser discutido para a busca da solução mais economica ao país e que os representantes das varias entidades presentes de forma conjunta atuem para encaminhar o aspecto financeiro sem o qual não haverá viabilidade no processo. Diz que o descarte de lâmpadas diferentemente de outros produtos onde o custo corresponde a no máximo 5% a 10% do custo dos produtos no caso de lâmpadas pode custar mais do que o custo de fabricação.

A Sra. Carmem diz que no caso da embalagem de oleos lubrificantes se espera que a questão economica esteja resolvida e que em cada setor cada um faz um pouco para o regramento ambiental.

O Sr. Wanderley da CNI diz que a logística reversa está na Lei e deve ser regulamentada, que deve haver uma equação economica para o processo, que deve ser regulamentada a concentração de mercúrio nas lâmpadas e cita o artigo 59,...

O Sr. Marcio cita que o os fabricantes estão baseando sua sugestão num projeto de consultoria internacional que implantou com sucesso o projeto de descarte em 27 países da Europa.

O Sr. Wanderley diz que é importante que o PNRS saía o quanto antes para nortear todos os trabalhos que estão sendo realizados.

O Sr. Casemiro Tércio da SMA/SP descreve os que vem sendo trabalhado em SP.

A Sra. Zilda diz que acompanha o caso do mercúrio há muito tempo no MMA e que o processo deve sair da condição voluntaria e ser vinculada a um processo compulsório. Deve se definir as premissas do Regulamento e estabelecidos os teores máximos de mercúrio nos diversos tipos de lâmpadas.

A Sra. Carmem diz que deve haver um nivelamento do conhecimento com a atualização dos niveis de produção e comercialização, tipos de lâmpadas, teores, logística de comercialização, custos e usos.

O Sr. Wanderley concorda com a necessidade do nivelamento para poder estabelecer uma politica e uma logistica.

É sugerido que a ANAMA seja convidada para participar do GT, uma vez que haverá a necessidade de participação dos municipios no processo.

O Sr. Ideraldo da Remavi sugere uma nova apresentação atualizada dos fabricantes e importadores.

O Sr. Daniel da Ademasp sugere convidar representantes de mais estados ao GT.

É discutido e fixado um cronograma de trabalho para o GT conforme abaixo e a data da próxima reunião em 27 de janeiro de 2010.

1. Nivelamento sobre os assunto lâmpadas (produção, tipos, teores, custos, mercado, usos):
Abilux, Abilumi e Abilamp
2. Logística de distribuição e reversa (armazenamento, acondicionamento e transporte)
3. Projeto Europeu, apresentação e debate: Abilux, Abilumi e Abilamp
4. Legislação internacional, PNRS e dos Estados: GRP/MMA e representantes dos Estados.
5. Atuação dos Estados no Licenciamento Ambiental: representantes dos Estados.
6. Premissas e diretrizes para o Regulamento
7. Estrutura do documento: definições e considerandos.

O Sr. Luiz Henrique dá por encerrada a reunião do GT.